

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.251 - PE (2019/0164779-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MIRANETE TRAJANO DE ARRUDA
RECORRIDO : ESTEVAO E PINHEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
RECORRIDO : MARIA DE FATIMA PESSOA MILITAO DE ALBUQUERQUE
RECORRIDO : MARIA BERNADETE ARAGAO MELO
RECORRIDO : LUZIA MATTOS PEREIRA DA COSTA
RECORRIDO : JOAQUIM CAMELO DE SENA NETO
RECORRIDO : FRANCISCO VIEIRA DE OLIVEIRA
RECORRIDO : FLAVIO LINCK PABST
RECORRIDO : EDINÁRIO ALVES LINS
RECORRIDO : CARLOS ALBERTO FERNANDES PINTO
RECORRIDO : BERNARDO DAVID SABAT
**RECORRIDO : SINDICATO DOS TRAB PUBLICOS FED DA SAUDE E PREV
EST PE**
**ADVOGADOS : RICARDO ESTÊVÃO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE008991
FABIANO PARENTE DE CARVALHO - PE021061**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 924):

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BASE DE CÁLCULO DOS JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA SOBRE O TOTAL DO DÉBITO. SEM DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL - PSS.

1. Agravo de instrumento contra decisão que, em cumprimento de sentença, definiu que deve ser destacado da base de cálculo dos juros de mora a parcela relativa aos valores a que deveriam ter sido recolhidos à época para o Plano de Seguridade Social (PSS) dos servidores exequentes.

2. A retenção da contribuição para o plano de seguridade social (PSS) não pode diminuir a parcela dos juros, cuja base de cálculo é o valor atualizado total (e não o valor líquido após dedução da referida contribuição previdenciária), sob pena de ofender a coisa julgada em face da diminuição indevida da obrigação de pagar (composta pelos valores atrasados, atualização monetária e juros de mora).

3. Agravo de instrumento provido para reconhecer que não devem ser deduzidos os valores do PSS da base de cálculo dos juros moratórios.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fl. 1.024).

Nas razões do especial, a insurgente alega existência de violação do art.

535, IV, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), porquanto é indevida a aplicação de juros sobre o Plano de Seguridade Social – PSS.

Afirma que "os juros de mora devem incidir sobre o valor principal após o desconto da contribuição para o PSS, sob pena de incidência de juros de mora sobre valor que é da União" (e-STJ, fl. 1.076).

É o relatório.

O aresto combatido encontra-se sedimentado no seguinte argumento: a contribuição para o plano de seguridade social não pode ser diminuída da parcela dos juros, cuja base é o valor atualizado total, e não o valor líquido após a dedução da referida contribuição previdenciária, sob pena de ofender a coisa julgada .

No entanto, a parte interessada alega apenas que os juros de mora devem incidir sobre o valor principal após o desconto da contribuição para o PSS.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL ORIUNDO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PRESCRIÇÃO AFASTADA, PELO TRIBUNAL LOCAL. FUNDAMENTO DA CORTE DE ORIGEM INATACADO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgou Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de execução individual de sentença proferida em ação coletiva, na qual o Juiz de 1º Grau rejeitou a arguição de prescrição. Interposto Agravo de Instrumento, ao negar provimento ao aludido recurso o Tribunal de origem considerou inaplicável a orientação firmada pelo STJ, no REsp 1.388.000/PR (Tema 877).

III. Não se olvida que "no julgamento do REsp 1.388.000/PR, representativo de controvérsia, a Primeira Seção do STJ sedimentou o entendimento de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei 8.078/1990" (STJ, EDcl no REsp 1.679.383/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

IV. No caso, entretanto, o Tribunal de origem afastou a aplicação do referido precedente, ao fundamento de que " o leading case não apresenta consonância com o abordado nos presentes autos [...] o título executivo judicial, embora tornado certo pelo trânsito em julgado daquela sentença de conhecimento, só pode ser executado quando também tornado título líquido", e que, além disso, "não há que falar em eventual observância do Tema 877 do STJ (REsp 1.388.000/PR), considerando que no caso presente restou demonstrado o retardo de anos para se dar início ao efetivo cumprimento da

Superior Tribunal de Justiça

obrigação de fazer, diante do grande número de litisconsortes (5.022 servidores), não podendo ser atribuída a responsabilidade pela demora na apresentação dos informes aos exequentes, considerando que atribuição da executada, uma vez que dependiam de tais documentos para fins de individualização dos valores devidos a cada um dos litisconsortes, o que afasta a aplicação do precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça".

V. Certa ou errada, tal fundamentação restou incólume, nas razões do Recurso Especial. Portanto, é de ser aplicado o óbice da Súmula 283/STF, por analogia. Precedentes do STJ (REsp 1.656.498/SP, Rel.Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2017; AgInt no REsp 1.531.075/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/08/2016; AgInt no REsp 1.682.340/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/03/2018).

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.778.124/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/4/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator